



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2023
Pregão Presencial Nº 29/2023

OBJETO: Registro de preço para aquisição de material médico, odontológico e hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 25/01/2024 às 09:00 horas (horário de Brasília).

O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixado para abertura das Propostas Comerciais.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL:

Dia 25/01/2024 às 09:00 horas (horário de Brasília).

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais e a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

Na sede da Prefeitura Municipal de Aracitaba, localizada na Praça Barão de Montes Claros, 16 centro, Aracitaba/MG.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ARACITABA - Estado de Minas Gerais, com endereço à Praça Barão de Montes Claros, 15, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.747.940/0001-41, torna público a abertura do **Processo Licitatório nº 163/2023**, na modalidade **Pregão Presencial nº 29/2023**, pelo sistema de registro de preços do tipo menor preço por item, regido pela Lei Federal 10.520, de 17/7/2002, Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/1993, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e demais condições fixadas neste edital, para aquisição de material médico, odontológico e hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

-
- 1 - O Pregão será realizado em sessão pública.
 - 2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro Leonardo Amaral Dornelas, da Prefeitura Municipal de Aracitaba e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 03/2021.
 - 3 - O prazo para assinatura do contrato decorrente do procedimento licitatório em epígrafe será de 05 (cinco) dias úteis a contar do ato de convocação do licitante vencedor, conforme dispõe o artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/93.

II - OBJETO

-
- 1- Registro de preços para Aquisição de material médico, odontológico e hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições,



quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, com vigência de 12 meses, conforme especificações contidas no Anexo I, deste edital.

III - ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde.

IV – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 1 - Cópia deste edital encontra-se disponível na *sede* da Prefeitura.
- 2 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no *site*, bem como as publicações nos jornais quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos, bem como decisões de recurso e impugnações.
- 3 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados via fac-símile ou através do email licitacao@aracitaba.mg.gov.br.
- 3.1 - As respostas do Pregoeiro às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por *e-mail*, ou enviadas por escrito.
- 4 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa interessada no certame, protocolizadas no Departamento de Licitações, situado à Praça Barão de Montes Claros, 16 centro, a partir da publicação do aviso do edital desde que encaminhada com **antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, conforme artigo 41 § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93**, dirigidas ao Pregoeiro Oficial, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 4.1– A administração não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.
- 4.2– A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante via email, e será afixada no quadro de aviso da para conhecimento de todos os interessados.

V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 1 – -Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 2 - Os licitantes deverão manifestar, em campo próprio do aplicativo, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 9º, alínea “a” do Decreto Estadual nº 44.786/08.
- 3 - Poderão participar da licitação as empresas jurídicas que exerçam as atividades compatíveis com o objeto proposto.



4 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

- 4.1 - suspensão de participar em licitação e impedida de contratar com o Município;
- 4.2 - declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- 4.3 - em consórcio;
- 4.4 - com falência decretada.
- 4.5 - Empresas que não comprovem deterem a condição de MEI, ME ou EPP;

5 - Não poderá participar da execução do objeto, servidor ou dirigente do MUNICÍPIO

6 - A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

VI - PROPOSTA COMERCIAL

1 - A Proposta Comercial deverá ser feita detalhando os preços unitários de cada item.

1.1- Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com no máximo 2 (duas) casas decimais.

1.2- A proposta e os lances apresentados pelo licitante deverão referir-se ao item.

1.3 - A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

1.4 - Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

1.5 - A Proposta Comercial deverá ser apresentada conforme modelo do (**Anexo III**), ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, em uma via, com identificação da empresa proponente, n.º do CNPJ, endereço, números de telefone e fac-símile, *e-mail* e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

1.6 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

1.7 - O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

1.8 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

VII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 – Os documentos necessários á habilitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

2 - O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a documentação



abaixo relacionada:

2.1

HABILITAÇÃO JURÍDICA

I - Comprovação de que o objetivo social do licitante permite executar o objeto licitado através da apresentação do documento especificado no art. 28 da Lei Federal 8.666/93, de acordo situação jurídica do licitante e legislação própria, incluindo alterações existentes e, se for o caso, devidamente registrados ou autorizados por órgão competente constituído por um dos seguintes tipos de documentos:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) inscrição de ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e de ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.2 REGULARIDADE FISCAL

I - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ - Instrução Normativa SRF n.º 748, de 28 de junho de 2007), **emitida a não mais de 90 dias** da data fixada para a entrega dos envelopes com a documentação, demonstrando ser ativa a situação cadastral da licitante

II - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, **com validade na data fixada para a entrega dos envelopes com a documentação**

III - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, **com validade na data fixada para a entrega do envelope com a documentação**

IV – Prova de regularidade Relativo aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, **com validade na data fixada para a entrega dos envelopes de documentação**

V - Prova de Regularidade de Situação do FGTS – CRF (Lei n.º 8.036/90 - art. 27-a) **com validade na data fixada para a entrega do envelope com a documentação**

VI – Comprovação de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943

2.3

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I - certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da licitante, **emitida a não mais de 90 dias** da data definida para entrega dos envelopes com a documentação e proposta

2.4

Outros



- I O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis .
- II - Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que a empresa tenha fornecido os materiais pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação
- III- Apresentar Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária do Município em que a empresa é sediada ou ainda pela Vigilância Sanitária do Estado do licitante, em plena validade
- IV -Autorização de Funcionamento da empresa licitante, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

3 – O Pregoeiro e a equipe de apoio efetuarão consulta ao *site* da Receita Federal na *internet* para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ**, em observância à Instrução Normativa nº 568, de 8/9/2005, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

3.1 - Procedida a consulta, serão impressos os comprovantes da autenticidade dos documentos, que serão juntadas aos autos do processo licitatório.

4 - A microempresa - ME e empresa de pequeno porte – EPP deverá apresentar **toda a documentação exigida para a habilitação**, inclusive os **documentos comprobatórios da regularidade fiscal**, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

4.1 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Tribunal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

4.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido e aceito pelo Pregoeiro.

4.3 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos dois dias úteis inicialmente concedidos.

4.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.



5 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados **em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente**, com exceção dos extraídos pela *internet*, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

5.1 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação, durante a sessão do Pregão.

5.2 - Os documentos deverão estar em nome da empresa participante, com número do CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo.

6 - Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de discos magnéticos.

7 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o licitante, sendo aplicado o disposto no item 4.4 do Título V.

8- Em nenhuma hipótese será admitida entrega posterior de qualquer dos documentos exigidos, ressalvados o direito do Pregoeiro em exigir esclarecimentos ou fazer as diligências que julgar necessárias sobre os documentos apresentados.

8.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá(ão) a(s) detentora(s) manter atualizadas as certidões relacionadas nos subitens 2.5 e 2.6, fazendo prova de sua regularidade, sempre que solicitado pela Administração.

VIII - CRITERIOS DE JULGAMENTO

1 - O critério de julgamento será o de menor preço unitário

2 - Será desclassificada a proposta que:

2.1 - não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;

2.2 - apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

2.2.1 - Se o Pregoeiro entender que o preço é inexeqüível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exeqüibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos.

2.2.2 - Não havendo a comprovação da exeqüibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.

3 - Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio.

3.1- Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.



4 - Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, se apresentados.

5 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem.

6 - O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

IX - CREDENCIAMENTO

1 - O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante legal que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

2- Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados, sendo que a ausência do representante legal da licitante no decurso da sessão pública implicará na decadência de todo e qualquer direito atribuído aos licitantes.

3 - A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4 - O credenciamento será da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; autenticado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, e autenticado, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública, interpor recursos, firma quaisquer documentos pertinentes a licitação; ou

b.2) termo de credenciamento/procuração (conforme modelo no Anexo II deste edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.



c) se for empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado, e autenticado.

5 - É obrigatória a apresentação da cédula de identidade e/ou outro documento com foto (original e/ou autenticada) do estatutário legal ou representante legal que irá participar do pregão.

6 - registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

7 - Declaração de Micro Empresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo no **Anexo V** do Edital.

8 - O documento de credenciamento deverá ser apresentado na forma do modelo constante do **Anexo II deste instrumento**.

9 - O credenciamento do licitante ou de seu representante legal implica a presunção de sua capacidade e responsabilidade legal pelos atos praticados.

10 - Caso o contrato social ou estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

11 - Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

12 - Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por processo de cópia autenticada por tabelião e/ou por servidor responsável da Administração.

13 - O Credenciamento será até o encerramento do Registro do último Proponente a apresentar seus envelopes, impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados. Vencido esse prazo, o Pregoeiro declarará encerrado o credenciamento, momento que, não mais será aceito novos proponentes, iniciando em seguida, a abertura da sessão pública.

X - ENTREGA DOS ENVELOPES

1 - Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:
LOCAL: SETOR LICITAÇÃO/ PREGÃO

1.1. Os envelopes indicarão em sua parte externa/frontal os dizeres (sugeridos):

Prefeitura Municipal de Aracitaba
Pregão Presencial nº 29/2023
Razão Social da licitante:



1.2. O Município não se responsabilizará por envelopes de “Proposta comercial” e “Documentação de Habilitação”, remetidos via postal que não sejam entregues no local, data e horário definido neste edital.

1.3. O licitante deverá entregar, juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, mas de forma avulsa, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados no item 1.1 deste edital, a declaração (**ANEXO VII**) de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

1.4. A não apresentação da declaração prevista no item acima poderá implicar na desclassificação imediata do licitante.

1.5. Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

1.6. O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

1.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

XI - SESSÃO DO PREGÃO

1- DA ABERTURA DA SESSÃO

1.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

XII - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, o Pregoeiro verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais do edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo com o edital.

1.1. Dentre as propostas aceitas, o Pregoeiro classificará em primeiro lugar a proposta de menor preço por item (conforme expresso no **Anexo I**) e as demais que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de maior desconto, para participarem dos lances verbais.

1.2. Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas apresentadas.



1.3. O critério de julgamento será o de menor preço unitário.

1.4. Será desclassificada a proposta que:

- a)** não se refira à integralidade do objeto;
- b)** não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;
- c)** apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

1.5. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio.

1.6. Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, se apresentados.

1.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem.

1.8. O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

1.10 - LANCES VERBAIS

1.11. Aos licitantes classificados será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de menor preço.

1.12. Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

1.13. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

1.14. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

1.15. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

1.16. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor preço com vistas à redução do preço.

1.17. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do Menor preço.

XIII - HABILITAÇÃO



1- Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do respectivo proponente.

1.2. A verificação será certificada pelo Pregoeiro, sendo anexados aos autos mesmo os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico.

1.3. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do item.

1.4. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

XIV - IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E CONTRARRAZÕES

1 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão ou licitante, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, **conforme artigo 41 § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93**, dirigidas ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Aracitaba.

1.1 ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida eletronicamente, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;

1.2 ser protocolizado na Seção de Protocolo da Prefeitura

1.3. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

1.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, nos termos do artigo 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002.

1.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 3 (três) dias corridos, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

1.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.



1.7. A decisão acerca de recurso interposto será comunicada a todos os licitantes, via fax, email ou outro meio idôneo a critério do Pregoeiro.

1.8. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

1.9. Os recursos e respectivas impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

a) tratando-se de recursos, estes deverão ser dirigidos ao Sr. Prefeito Municipal, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo de 03 (três) dias corridos, conforme estabelecido no item 1.2 acima;

b) os recursos deverão ser dirigidos ao Prefeito Municipal, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666/93;

1.10. O Município não se responsabilizará por memoriais de recursos e impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos das citadas neste instrumento, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

2 - Os recursos serão decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

XV - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1 - Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o processo para homologação pela autoridade competente.

XVI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado correrá as expensas de recurso proveniente da:

2.6.1.10.301.005.2.0046-3.3.90.30

1.1. O pagamento será efetuado pelo valor líquido após as deduções de impostos e taxas determinados pela legislação.

1.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da reapresentação, desde que regularizados.

1.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

XVII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 1.1.1. recusar em assinar a ata do registro de Preço dentro do prazo estabelecido pelo município;
- 1.1.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 1.1.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 1.1.4. fraudar na execução do contrato;
- 1.1.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 1.1.6. cometer fraude fiscal;
- 1.1.7. não mantiver a proposta.

2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 1.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 1.2.2.** multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 1.2.3. multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 1.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 1.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 1.2.6. impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos;
- 1.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 1.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 1.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 1.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

XVIII - DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

1. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação, o Município convocará o proponente classificado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma do art. 81 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

2. O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação seja apresentada durante o transcurso do interstício inicial, caso ocorra motivo justo e aceito pelo Município.

3. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. A Ata de Registro de Preços servirá para eventual e futura contratação pelo Município de Aracitaba.

10. VALOR ESTIMADO - O valor estimado para este registro de preços é de R\$ 419.955,57 (quatrocentos e dezenove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais, cinquenta e sete centavos), sendo que o mesmo gera apenas expectativa de contratação, uma vez que o MUNICÍPIO poderá comprar além ou aquém deste valor.

11 - O gestor responsável deverá realizar o controle dos serviços executados, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

XIX - DISPOSIÇÕES GERAIS

1 Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Credenciamento;

Anexo III – Modelo Apresentação de Proposta;

Anexo IV – Declaração quanto a Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação;

Anexo V – Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de Preço

Anexo VII – Declaração do Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo VIII – Modelo Declaração que não emprega menor;



2 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato ou o termo equivalente, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo Pregoeiro, este examinará as propostas subseqüentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

3 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis, penais e cabíveis.

4 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

5 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

6 - Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

7 - O Pregoeiro, no estrito interesse da Administração Pública Municipal, poderá adotar medidas saneadoras durante a realização do certame e, em especial na Sessão do Pregão, e relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93;

8 - Se houver solicitação de documentos em diligências, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio.

9 - O não cumprimento da diligência no prazo determinado poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

10 - **Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.**

11- A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.



12 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

13 - É vedado ao licitante retirar sua proposta após aberta a sessão do pregão.

14 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Sr. Prefeito de Aracitaba revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

15 – O Município de Aracitaba poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

16 - Para atender a seus interesses, o Município reserva-se no direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, 8.666/93.

17 - As decisões referentes ao certame serão publicadas no quadro de avisos e comunicadas através de ofícios, por fac-símile ou e-mail a todos os licitantes.

18 - Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19 - Fica eleito o foro da Comarca de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Aracitaba, 28 de dezembro de 2023.

Maria Aparecida Barbosa Melquíades
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Visto

Agnelo Sad Junior
OAB/MG 88.382



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Registro de preço para contratação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e/ou Microempreendedor Individual (MEI) para Aquisição de material médico, odontológico e hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Discriminação	Unidade	Quant	Preço Unitário	Total do Item
1	Adesivo Fotopolimerizável	Unid.	10,000	57,657	576,57
2	Alavanca Apexo	Unid.	4,000	41,723	166,89
3	ALAVANCA KIT	Unid.	4,000	144,233	576,93
4	Álcool Etilico 70% Líquido frasco com 1 litros	vd	80,000	12,495	999,60
5	ALGODÃO ODONTOLOGICO	Unid.	40,000	5,860	234,40
6	ALMOTOLIA GRADUADA 250 ML	Unid.	10,000	6,170	61,70
7	ALVELÓTOMO CURVO	Unid.	4,000	89,080	356,32
8	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL	Unid.	20,000	162,540	3.250,80
9	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL.	Unid.	10,000	153,207	1.532,07
10	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL:	Unid.	10,000	141,207	1.412,07
11	ANESTÉSICO TÓPICO: Em gel	Unid.	4,000	15,950	63,80
12	ANTISSÉPTICO BUCAL	Unid.	5,000	77,490	387,45
13	BANDEJA DE INOX MÉDIA	Unid.	5,000	59,218	296,09
14	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1011	Unid.	100,000	6,767	676,67
15	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1012	Unid.	100,000	6,767	676,67
16	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1013	Unid.	100,000	6,767	676,67
17	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1014	Unid.	100,000	6,767	676,67
18	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1014 HL	Unid.	100,000	6,767	676,67
19	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1015	Unid.	100,000	6,767	676,67
20	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1015 HL	Unid.	100,000	6,767	676,67
21	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1016	Unid.	100,000	6,767	676,67
22	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1016 HL	Unid.	100,000	6,767	676,67
23	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1111F	Unid.	50,000	6,767	338,33
24	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1111FF	Unid.	50,000	6,767	338,33
25	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1116F	Unid.	50,000	6,767	338,33



MUNICÍPIO DE ARACITABA
ESTADO DE MINAS GERAIS
GESTÃO 2021/2024
"UM NOVO OLHAR, UM MUNICÍPIO MELHOR"

Praça Barão de Montes Claros, 16
Centro
Aracitaba/MG – CEP 36255-000
CNPJ nº 17.747.940/0001-41
www.aracitaba.mg.gov.br

26	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 1116FF	Unid.	50,000	6,767	338,33
27	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 2134F	Unid.	50,000	6,767	338,33
28	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 2134FF	Unid.	50,000	6,767	338,33
29	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 2135	Unid.	50,000	6,767	338,33
30	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 2135F	Unid.	50,000	6,767	338,33
31	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 2135FF	Unid.	50,000	6,767	338,33
32	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 2200F	Unid.	50,000	6,767	338,33
33	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 2200FF	Unid.	50,000	6,767	338,33
34	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 2233	Unid.	50,000	6,767	338,33
35	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 3168F	Unid.	50,000	6,767	338,33
36	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 3168FF	Unid.	50,000	6,767	338,33
37	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 3200F	Unid.	50,000	6,767	338,33
38	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 3200FF	Unid.	50,000	6,767	338,33
39	BROCA DIAMANTADA: Para alta rotação, embaladas individualmente nº 3217	Unid.	50,000	6,767	338,33
40	CAIXA ORGANIZADORA.: Utilizada para armazenamento e organização dos materiais e objetos. Cor Cristal 2,5 L (27 cm x 18 cm x 9 cm) com tampa de lacre.	cx	6,000	41,723	250,34
41	CAIXA ORGANIZADORA.: Utilizada para armazenamento e organização dos materiais e objetos. Cor Cristal 56L (58 cm x 40 cm x 34 cm) com tampa de lacre.	cx	2,000	182,797	365,59
42	CAIXA ORGANIZADORA...: Utilizada para armazenamento e organização dos materiais e objetos. Cor Cristal 7,5 L (27 cm x 18 cm x 9 cm) com tampa de lacre.	cx	4,000	77,480	309,92
43	CAIXA ORGANIZADORA: Utilizada para armazenamento e organização dos materiais e objetos. Cor Preta 56 L (58 cm x 40 cm x 34 cm) com tampa de lacre.	Unid.	2,000	182,797	365,59
44	CÂMARA ESCURA PARA REVELAÇÃO	Unid.	1,000	311,740	311,74
45	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	Unid.	2,000	67,557	135,11
46	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR	Unid.	10,000	65,460	654,60



MUNICÍPIO DE ARACITABA
ESTADO DE MINAS GERAIS
GESTÃO 2021/2024
"UM NOVO OLHAR, UM MUNICÍPIO MELHOR"

Praça Barão de Montes Claros, 16
Centro
Aracitaba/MG – CEP 36255-000
CNPJ nº 17.747.940/0001-41
www.aracitaba.mg.gov.br

47	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE	Unid.	12,000	8,825	105,90
48	CONTRA- ÂNGULO	Unid.	2,000	1.430,587	2.861,17
49	CREME DENTAL	cx	3.000,000	3,927	11.780,00
50	CUBA PLÁSTICA DE IMERSÃO	Unid.	2,000	58,277	116,55
51	Cureta de Lucas	Unid.	5,000	25,830	129,15
52	Descolador de Molt	Unid.	5,000	58,857	294,28
53	Detergente enzimático 5 litros.	Unid.	10,000	172,588	1.725,88
54	Escova Dental (Adulto)	pct	3.000,000	1,313	3.940,00
55	Escova Dental (Infantil)	pct	3.000,000	1,247	3.740,00
56	Escova de Robinson Reta	Unid.	10,000	4,867	48,67
57	ESPÁTULA/CALCADOR SILICATO Nº 1	Unid.	15,000	27,817	417,25
58	ESPÁTULA SIMPLES Nº 24	Unid.	5,000	27,817	139,08
59	ESPELHO ODONTOLÓGICO: Sem aumento, nº5.	Unid.	100,000	10,827	1.082,67
60	EXTRATOR DE TÁRTARO: Para extração de tártaro	Unid.	4,000	27,817	111,27
61	FILME RADIOGRÁFICO	Unid.	2,000	331,817	663,63
62	Fio Dental 50 METROS	pct	3.000,000	4,667	14.000,00
63	FIO DE SUTURA AGULHADO DE SEDA 4.0	cx	5,000	59,493	297,46
64	Fita para autoclave	Unid.	50,000	6,928	346,38
65	FIXADOR RADIOGRÁFICO	Unid.	10,000	20,863	208,63
66	Flúor	Unid.	5,000	10,927	54,63
67	Fórceps Adulto nº 150	Unid.	4,000	127,163	508,65
68	Fórceps Adulto nº 17	Unid.	4,000	127,163	508,65
69	Fórceps Adulto nº 18L	Unid.	4,000	127,163	508,65
70	Fórceps Adulto nº 18R	Unid.	4,000	127,163	508,65
71	Fórceps Adulto nº 69	Unid.	4,000	127,163	508,65
72	Fórceps Adulto nº 151	Unid.	4,000	127,163	508,65
73	Fotopolimerizador	Unid.	2,000	789,803	1.579,61
74	INSERTO UNIVERSAL:Supragengival e subgengival, para aparelho ultrassônico da Altsonic Jet	Unid.	5,000	129,637	648,18
75	KIT CLÍNICO Composto por instrumentais odontológicos em aço inoxidável, ideal para realizar o exame clínico em todos os pacientes, sendo a pinça clínica para segurar/pegar material dentro ou fora da cavidade, a sonda exploradora para pesquisa de cárie dental, o escavador para remoção de cáries e o cabo com espelho para avaliação de dentes e da cavidade oral. Autoclavável. Forma de apresentação: Kit com 1 pinça clínica, 1 sonda exploradora nº 5, 1 escavador nº 17 e 1 cabo com espelho nº 5.	Unid.	20,000	117,227	2.344,53



MUNICÍPIO DE ARACITABA
ESTADO DE MINAS GERAIS
GESTÃO 2021/2024
"UM NOVO OLHAR, UM MUNICÍPIO MELHOR"

Praça Barão de Montes Claros, 16
Centro
Aracitaba/MG – CEP 36255-000
CNPJ nº 17.747.940/0001-41
www.aracitaba.mg.gov.br

76	LIXEIRA INOX COM PEDAL: Indicado para armazenamento de lixo odontológico. Material de aço inox, com balde removível e capacidade para 20 litros.	Unid.	2,000	494,747	989,49
77	LUVA DE PROCEDIMENTO PP: Em látex, caixa com 100 unidades.	Unid.	100,000	30,015	3.001,50
78	MASCARA CIRÚRGICA 50 UNIDADE PROTEÇÃO TRIPLA	Unid.	30,000	8,715	261,45
79	Microbrush	cx	5,000	27,817	139,08
80	Micromotor	Unid.	2,000	991,477	1.982,95
81	Motor Alta Rotação	Unid.	2,000	988,497	1.976,99
82	OBTURADOR PROVISÓRIO	Unid.	5,000	27,817	139,08
83	OCULOS DE PROTEÇÃO	Unid.	8,000	11,920	95,36
84	ÓLEO LUBRIFICANTE: Em spray. Previne contra a oxidação e ressecamento dos rolamentos Óleo mineral de baixa viscosidade, não tóxico, utilizado para lubrificação de instrumentos de alta rotação e baixa rotação. Forma de apresentação: Frasco com 300mL.	Unid.	2,000	49,563	99,13
85	PAPEL CARBONO: Para articulação. Indicado para registro dos contatos oclusais nos procedimentos de ajuste de restaurações, peças protéticas e superfícies dentais. Espessura ultra- fina (19µm). Película de polietileno: alta resistência à tração, película hidrofóbica (utilização em ambiente úmido), dupla cor: facilita a diferenciação de contatos oclusais.	Unid.	5,000	5,860	29,30
86	Papel Grau Cirúrgico 15cm largura x 100 metros de comprimento	rl	10,000	113,440	1.134,40
87	PAPEL GRAU CIRÚRGICO: Rolo, com teste biológico. Forma de apresentação: Rolo com 5cm x 100m	Unid.	10,000	43,783	437,83
88	Pasta Profilática	tb	6,000	18,777	112,66
89	Placa de vidro	Unid.	5,000	21,857	109,28
90	Porta Agulha Mayo Hega	Unid.	5,000	65,643	328,21
91	Pulverizador / Borrifador Transparente , Tamanho aproximado: 23cm de altura (c/ gatilho) - Capacidade: 500ml - Cor: Transparente - Com Gatilho ergonometro com cores variadas	Unid.	4,000	43,710	174,84
92	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR A1	Unid.	2,000	75,503	151,01
93	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR A2	Unid.	8,000	75,503	604,03



MUNICÍPIO DE ARACITABA
ESTADO DE MINAS GERAIS
GESTÃO 2021/2024
"UM NOVO OLHAR, UM MUNICÍPIO MELHOR"

Praça Barão de Montes Claros, 16
Centro
Aracitaba/MG – CEP 36255-000
CNPJ nº 17.747.940/0001-41
www.aracitaba.mg.gov.br

94	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR A3 : Apresenta resistência ao desgaste, material resistente à dureza, compressão e fratura e imita as estruturas dentais. Características: Resina micro-híbrida (partículas com 0,6 micrômetros), tempo de polimerização de 40 segundos. Rende aproximadamente 30 aplicações, resina universal, para restaurações em dentes anteriores e posteriores (Classes I, II, III, IV e V). Indicada para restaurações diretas e indiretas, fechamento de diastemas e esplintagem de dentes com mobilidade. Possui carga inorgânica única de 100% de zircônia/sílica. Esta carga fornece mais partículas por grama de pasta, resultando em excelente resistência ao desgaste. Possui a opacidade tanto no esmalte quanto na dentina, facilitando o trabalho de escolha da cor e permitindo maior naturalidade na restauração. NÃO ACEITAREMOS RESINA EA3. Forma de apresentação: embalagem com 01 seringa de 4g na cor A3.	Unid.	2,000	75,503	151,01
95	Revelador	Unid.	10,000	27,817	278,17
96	Seladora	Unid.	2,000	491,763	983,53
97	Seringa carpule	Unid.	15,000	57,827	867,40
98	Sugador Descartável	pct	30,000	13,293	398,80
99	Tesoura Íris Curva	Unid.	10,000	53,738	537,38
100	Tesoura Íris Reta	Unid.	15,000	53,738	806,06
101	Tira de lixa	cx	5,000	7,847	39,23
102	TIRA DE POLIÉSTER: Utilizada para separar o dente a ser restaurado do dente vizinho. Tem a função de confinar sob pressão, o material restaurador no interior da cavidade. Utilizado para isolar as restaurações feitas com resinas compostas. Transparente. Forma de apresentação: Embalagem com 50 tiras no tamanho de 10mmx120mmx0,5mm.	cx	5,000	4,767	23,83
103	Touca Descartável	cx	10,000	14,073	140,73
104	ULTRASSOM ODONTOLOGICO	Unid.	1,000	3.456,913	3.456,91
105	ABAIXADOR DE LÍNGUA COM 100 UNIDADES	pct	100,000	15,640	1.564,00
106	ÁCIDO ACÉTICO 5% 1 LITRO	gl	5,000	16,600	83,00
107	ÁGUA OXIGENADA 1 LITRO	lt	20,000	8,450	169,00
108	AGULHA 13X4.5 CX.100	cx	100,000	10,963	1.096,33
109	AGULHA 25X07 CX.100	cx	100,000	10,963	1.096,33
110	AGULHA 40X12	cx	30,000	10,963	328,90
111	AGULHA PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO 25x07 C.100	cx	20,000	57,715	1.154,30
112	ÁLCOOL 70% LÍQUIDO	lt	500,000	11,620	5.810,00



MUNICÍPIO DE ARACITABA
ESTADO DE MINAS GERAIS
GESTÃO 2021/2024
"UM NOVO OLHAR, UM MUNICÍPIO MELHOR"

Praça Barão de Montes Claros, 16
Centro
Aracitaba/MG – CEP 36255-000
CNPJ nº 17.747.940/0001-41
www.aracitaba.mg.gov.br

113	ÁLCOOL GEL (GALÃO) 5 LITROS	gl	100,000	58,095	5.809,50
114	ÁLCOOL GEL 800ML	fr	120,000	15,600	1.872,00
115	ALGODÃO ROLO	rl	100,000	23,643	2.364,33
116	ALMOTOLIA BRANCA 125ML	Unid.	30,000	4,883	146,50
117	ALMOTOLIA BRANCA 250ML	Unid.	30,000	6,433	193,00
118	ALMOTOLIA MARROM 125ML	Unid.	30,000	4,883	146,50
119	ALMOTOLIA MARROM 250ML	Unid.	30,000	6,433	193,00
120	ATADURA 10CM	dz	600,000	8,870	5.322,00
121	ATADURA 12CM	dz	600,000	10,567	6.340,00
122	ATADURA 15CM	dz	500,000	13,853	6.926,67
123	ATADURA 20CM	dz	400,000	17,143	6.857,33
124	AVENTAL MANGA LONGA C/ 10	pct	100,000	21,740	2.174,00
125	BOLSA COLETORA - SISTEMA FECHADO	Unid.	150,000	7,560	1.134,00
126	BOLSA TÉRMICA	Unid.	5,000	43,780	218,90
127	CÂNULA COM BALÃO	Unid.	10,000	117,415	1.174,15
128	CÂNULA ENDOTRAQUEAL COM BALÃO 6,5	Unid.	10,000	7,973	79,73
129	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS	Unid.	5.000,000	1,557	7.783,33
130	COLETOR INFANTIL FEMININO	Unid.	200,000	4,670	934,00
131	COLETOR INFANTIL MASCULINO	Unid.	200,000	4,670	934,00
132	COMPRESSAS COM 500 UNIDADES 13 fios 7,5x7,5	pct	500,000	38,870	19.435,00
133	CONECTOR DUPLA VIA	Unid.	600,000	3,327	1.996,00
134	DESCARTEX 13 LITROS	Unid.	400,000	10,963	4.385,33
135	DETERGENTE ENZIMÁTICO 5 LITROS	gl	20,000	128,253	2.565,07
136	EQUIPO MACROGOTAS	Unid.	600,000	1,447	868,00
137	EQUIPO MICROGOTAS	Unid.	100,000	6,877	687,67
138	ESPARADRAPO 10mm z 04,5 metros	rl	360,000	13,523	4.868,40
139	ESPARADRAPO ANTIALÉRGICO 10 mm x4,5 metros	rl	360,000	11,367	4.092,00
140	FIO DE NYLON 2.0 CAIXA 24UN	cx	5,000	51,437	257,18
141	FIO DE NYLON 3.0 CAIXA 24UN	cx	5,000	51,437	257,18
142	FIO DE NYLON 4.0 CAIXA 24UN	cx	5,000	51,437	257,18
143	FIO DE NYLON 5.0 CAIXA 24UN	cx	5,000	51,437	257,18
144	FITA AUTOCLAVE	rl	200,000	6,960	1.392,00
145	FITA CREPE	rl	400,000	5,343	2.137,33
146	FITA DE GLICEMIA GTECH LITE C/ 100	cx	600,000	45,093	27.056,00
147	FIXADOR DE LÂMINA PREVENTIVO	fr	10,000	17,910	179,10
148	FLUXOMETRO	Unid.	10,000	87,873	878,73
149	GAZE ESTÉRIL	pct	2.000,000	0,797	1.593,33
150	GEL 5 LITROS	gl	2,000	39,150	78,30
151	JELCO 14 C/ 100	cx	2,000	108,240	216,48
152	JELCO 16 C/ 100	cx	2,000	108,240	216,48
153	JELCO 18 C/ 100	cx	2,000	108,240	216,48
154	JELCO 20 C/ 100	cx	4,000	108,240	432,96
155	JELCO 22 C/ 100	cx	4,000	108,240	432,96
156	JELCO 24 C/ 100	cx	2,000	108,240	216,48
157	KIT NEBULIZAÇÃO ADULTO	kit	20,000	10,963	219,27
158	KIT NEBULIZAÇÃO INFANTIL	kit	20,000	10,963	219,27



MUNICÍPIO DE ARACITABA
ESTADO DE MINAS GERAIS
GESTÃO 2021/2024
"UM NOVO OLHAR, UM MUNICÍPIO MELHOR"

Praça Barão de Montes Claros, 16
Centro
Aracitaba/MG – CEP 36255-000
CNPJ nº 17.747.940/0001-41
www.aracitaba.mg.gov.br

159	KIT PREVENTIVO M	kit	500,000	4,330	2.165,00
160	KIT PREVENTIVO P	kit	300,000	4,073	1.222,00
161	LACRE COM NUMERAÇÃO PRA MALOTE	pct	5,000	41,500	207,50
162	LÂMINA BISTURI TAMANHO Nº 11 CX100	cx	5,000	41,690	208,45
163	LÂMINA BISTURI TAMANHO Nº 22 CX100	cx	3,000	42,357	127,07
164	LENÇOL DESCARTÁVEL PCT c.10	pct	100,000	23,110	2.311,00
165	LUVA DE PROCEDIMENTOS G	cx	200,000	29,787	5.957,33
166	LUVA DE PROCEDIMENTOS M	cx	300,000	29,787	8.936,00
167	LUVA DE PROCEDIMENTOS P	cx	200,000	29,787	5.957,33
168	LUVA ESTÉRIL 6,5	pr	100,000	1,600	160,00
169	LUVA ESTÉRIL 7,5	pr	100,000	1,600	160,00
170	LUVA MUCAMBO M	pr	200,000	7,350	1.470,00
171	LUVA MUCAMBO P	pr	200,000	7,350	1.470,00
172	MÁSCARA KN95	Unid.	2.000,000	2,167	4.333,33
173	MÁSCARA PARA OXIGÊNIO ADULTO C/ RESERVATÓRIO	Unid.	20,000	26,967	539,33
174	MÁSCARA PARA OXIGÊNIO INFANTIL C/ RESERVATÓRIO	Unid.	10,000	26,967	269,67
175	MÁSCARA TNT CIRÚRGICA cx.50	cx	200,000	8,957	1.791,33
176	ÓCULOS PROTETOR	Unid.	50,000	11,950	597,50
177	PÁ DO D. E. A. ADULTO (DEFIBRILADOR)	Unid.	20,000	868,500	17.370,00
178	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 15 CM	rl	10,000	113,600	1.136,00
179	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 30 CM	rl	15,000	219,267	3.289,00
180	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 35 CM	rl	15,000	261,133	3.917,00
181	PAPEL TOALHA	pct	300,000	20,800	6.240,00
182	PORTA PAPEL ACRÍLICO	Unid.	10,000	78,500	785,00
183	POVIDINE DEGERMANTE 1 LITRO	lt	30,000	56,200	1.686,00
184	POVIDINE TÓPICO 1 LITRO	lt	30,000	56,200	1.686,00
185	ROLO DE PAPEL LENÇOL 70x50 metros	rl	500,000	18,700	9.350,00
186	SABÃO LÍQUIDO 5 LITROS	gl	10,000	39,500	395,00
187	SACO DE LIXO BRANCO 110L c.100	pct	40,000	63,500	2.540,00
188	SACO DE LIXO BRANCO 60L c.100	pct	40,000	51,000	2.040,00
189	SACO DE LIXO PRETO 110L c.100	pct	40,000	52,500	2.100,00
190	SACO DE LIXO PRETO 60L c.100	pct	60,000	38,000	2.280,00
191	SCALP 21 C/ 100	cx	10,000	41,713	417,13
192	SCALP 23 C/ 100	cx	10,000	41,713	417,13
193	SCALP 25 C/ 100	cx	10,000	41,713	417,13
194	SERINGA 01ML CAIXA C/ 100	cx	500,000	33,103	16.551,67
195	SERINGA 05ML CAIXA C/ 100	cx	200,000	29,793	5.958,67
196	SERINGA 10ML CAIXA C/ 100	cx	200,000	49,667	9.933,33
197	SERINGA 20ML CAIXA C/ 50	cx	200,000	64,873	12.974,67
198	SOLUÇÃO DE LUGOL 1L	lt	3,000	115,900	347,70
199	TENTACANULA	Unid.	10,000	37,873	378,73
200	SONDA FOLEY N14	Unid.	60,000	7,973	478,40
201	SONDA FOLEY N16	Unid.	50,000	7,973	398,67
202	SONDA FOLEY N18	Unid.	50,000	7,973	398,67
203	SONDA GÁSTRICA LEVINE N10	Unid.	10,000	1,275	12,75
204	SONDA GÁSTRICA LEVINE N12	Unid.	10,000	1,375	13,75



MUNICÍPIO DE ARACITABA
ESTADO DE MINAS GERAIS
GESTÃO 2021/2024
"UM NOVO OLHAR, UM MUNICÍPIO MELHOR"

Praça Barão de Montes Claros, 16
Centro
Aracitaba/MG – CEP 36255-000
CNPJ nº 17.747.940/0001-41
www.aracitaba.mg.gov.br

205	SONDA GÁSTRICA LEVINE N14	Unid.	10,000	1,475	14,75
206	SONDA GÁSTRICA LEVINE N16	Unid.	10,000	1,590	15,90
207	SONDA GÁSTRICA LEVINE N18	Unid.	10,000	1,740	17,40
208	SONDA GÁSTRICA LEVINE N20	Unid.	10,000	1,925	19,25
209	SONDA GÁSTRICA LEVINE N22	Unid.	10,000	2,125	21,25
210	SONDA NASO CURTO N14	Unid.	10,000	1,893	18,93
211	SONDA NASO CURTO N16	Unid.	10,000	1,893	18,93
212	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA 10	Unid.	10,000	1,993	19,93
213	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA 12	Unid.	10,000	1,993	19,93
214	SONDA URETRAL ALÍVIO 06 DAVI	Unid.	3.000,000	1,593	4.780,00
215	SONDA URETRAL ALÍVIO 08	Unid.	30,000	1,993	59,80
216	SONDA URETRAL ALÍVIO 10	Unid.	30,000	1,993	59,80
217	SONDA URETRAL ALÍVIO 12	Unid.	8.000,000	1,633	13.066,67
218	SONDA URETRAL ALÍVIO 14	Unid.	30,000	1,993	59,80
219	SORO FISIOLÓGICO 1000ML	fr	400,000	14,360	5.744,00
220	SORO FISIOLÓGICO 100ML	fr	400,000	6,655	2.662,00
221	SORO FISIOLÓGICO 250ML	fr	300,000	7,015	2.104,50
222	SORO FISIOLÓGICO 500ML	fr	300,000	9,880	2.964,00
223	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML	fr	160,000	10,500	1.680,00
224	SORO GLICOSADO 5% 1.000ML	fr	300,000	15,900	4.770,00
225	SORO GLICOSADO 5% 500ML	fr	300,000	10,200	3.060,00
226	SORO MANITOL 20%	fr	50,000	13,600	680,00
227	SORO RINGER LACTADO 500ML	fr	100,000	10,800	1.080,00
228	SUORTE PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO CX.100	CX	10,000	64,000	640,00
229	TALA MOBILIZAÇÃO MEMBRO SUPERIOR E INFERIOR METAL 26X180MM	Unid.	10,000	47,760	477,60
230	TALA MOBILIZAÇÃO MEMBRO SUPERIOR E INFERIOR PVC 26X180MM RÍGIDO	Unid.	10,000	47,760	477,60
231	TOUCA PAC 100	pct	60,000	12,417	745,00
232	TUBO DE SILICONE OXIGÊNIO 15 METROS 203	RL	2,000	194,035	388,07
233	TUBO TRAQUEAL 10,0	Unid.	10,000	10,963	109,63
234	TUBO TRAQUEAL 2,0	Unid.	10,000	10,963	109,63
235	TUBO TRAQUEAL 2,5	Unid.	10,000	10,963	109,63
236	TUBO TRAQUEAL 4,0	Unid.	10,000	10,963	109,63
237	TUBO TRAQUEAL 4,2	Unid.	10,000	10,963	109,63
238	TUBO TRAQUEAL 5,5	Unid.	10,000	10,963	109,63
239	TUBO TRAQUEAL 7,0	Unid.	10,000	10,963	109,63
240	TUBO TRAQUEAL 7,5	Unid.	10,000	10,963	109,63
241	TUBO TRAQUEAL 8,5	Unid.	10,000	10,963	109,63
242	TUBO TRAQUEAL COM BALÃO 3,0	Unid.	10,000	10,963	109,63
243	TUBO TRAQUEAL COM BALÃO 6,0	Unid.	10,000	10,963	109,63
244	VASELINA	lt	20,000	54,365	1.087,30
				TOTAL ESTIMADO	419.955,57

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO



Considerando que as ações e serviços de saúde são de relevância pública, estando sujeitos à regulamentação, fiscalização e controle pelo Poder Público, nos termos do art. 197, da Constituição da República.

Justifica-se a compra de maneira a suprir às necessidades do Município, tendo em vista que os materiais são utilizados por todos os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), atendidos na Unidade de Saúde

CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

O objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

O prazo de entrega dos produtos é de 10 dias, contados do(a) ordem de fornecimento parcial

A entrega deverá ser efetiva no local indicado na ordem de fornecimento parcial, sem custo adicional para o município.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- Efetuar o pagamento no **prazo de até 30 (trinta) dias**, a contar da certificação de que os bens foram aceitos pelo Setor requisitante, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição dos serviços, quantidades, preços unitários e o valor total, nota de entrega atestada e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais;
- Realizar rigorosa conferência das características dos produtos entregues somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta dos bens ou de parte da entrega a que se referirem.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Assinar a Ata de Registro de Preço;
- Obedecer às especificações dos materiais contidas no Termo de Referência;
- Entregar o objeto fornecido no setor requisitante, no prazo estabelecido;
- Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, seguro, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens desta Licitação



- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado

DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal;
- Não mantiver a proposta.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- Multa moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- Multa compensatória de **30% (trinta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

DA VIGÊNCIA

O Registro de Preços terá vigência durante um período de 12 (doze) meses.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O Fornecedor Registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) Deixar de cumprir fielmente as obrigações legais;
 - b) Incidir em qualquer uma das hipóteses previstas na cláusula das Penalidades;
 - c) Causar qualquer dano ao Patrimônio Público, que não possa ser recuperado;
 - d) Praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
 - e) Ficar evidenciada a incapacidade de cumprimento das obrigações assumidas, devidamente caracterizada em relatório da fiscalização;
 - f) Quando o FORNECEDOR REGISTRADO/Detentor da Ata, mediante comunicação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Compromisso do fornecimento;
 - g) Por decurso de prazo de vigência;
 - h) Não restarem fornecedores registrados.
 - i) Não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
 - j) Não realizar o fornecimento no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
 - k) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial desta Ata decorrente de Registro de Preços;
 - l) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o FORNECEDOR REGISTRADO recusar-se a baixá-los, após solicitação expressa da Secretaria;
 - m) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração Pública;
 - n) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta Cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços
- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do objeto desta Ata, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS E DO CONTROLE

Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da lei 8.666/93 ou da redução de preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata e iniciar outro processo licitatório.

A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedoros registrados para negociar o novo valor.

Caso o FORNECEDOR REGISTRADO se recuse a baixar os seus preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas aplicáveis à espécie.



O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

O ÓRGÃO GERENCIADOR adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata



ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A (nome da empresa), CNPJ n.º _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o _____ Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Governo do Município de Aracitaba Estado de Minas Gerais, praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão presencial n.º ____ (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local e data.

Nome/assinatura

- 1) Reconhecer firma(s)
- 2) Anexar cópia da carteira de Identidade



ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA
(usar papel timbrado na empresa)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACITABA, Minas Gerais

A empresa _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão Presencial após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe o fornecimento objeto da licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

1. OBJETO: Aquisição de material médico, odontológico e hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde

2. Proposta Comercial

Item	Discriminação	Unid	Quant	Preço unitário	Valor total
1				
	Total				

3. A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura, observado o disposto no *caput* e parágrafo único do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

4. Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____
b) CGC (MF) nº: _____ Insc. Estadual nº.: _____
c) Endereço: _____
d) Fone/Fax: _____ E-mail: _____
e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
f) Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À HABILITAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Aracitaba
A/C Pregoeiro
Referência: Pregão Presencial

Prezado Senhor,
A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão, vem perante a Vossa Senhoria DECLARAR que não existem impedimentos à habilitação da mesma na presente licitação, encontrando-se, pois, em condições de cumprir todas as exigências do instrumento convocatório e da legislação.

Atenciosamente.

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue externo ao envelope de proposta.



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

Processo nº. 163/2023 – Pregão Presencial nº 29/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por seu representante legal o Sr. (a) _____, portador da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar.

Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e Data

Nome

Nome e assinatura da Licitante

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue externo ao envelope de proposta.



ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Aracitaba, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 17.747.940/0001-41 representado(a) pelo(a) Terezinha Marcília do Amaral Toledo, prefeita Municipal, inscrito(a) no CPF sob o nºportador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º 163/2023, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para Aquisição de material médico, odontológico e hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº 29/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.



4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. por razão de interesse público; ou



4.9.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais da prestação de serviço, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)
fornecedor(s) registrado(s)



Anexo VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO

Pregão Presencial 29/2023

Pregão com procedimento presencial

NOME ou RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE, inscrita no CPF ou CNPJ sob o número....., com residência ou sede à Rua (Av.), n.º....., Bairro....., na cidade deEstado de, CEP, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para participação no procedimento licitatório em referência.

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante



Anexo VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO
EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA DE MENORES

Pregão Presencial 29/2023

Pregão com procedimento presencial

NOME ou RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE, inscrita no CPF ou CNPJ sob o número , com residência ou sede à Rua (Av.) , n.º..... , Bairro..... , na cidade de Estado de , CEP..... , por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante